

# PROCURADORIA EM PAUTA

Impresso  
Especial  
2708/2006-DR/ES  
PGE/GOV/ES  
...CORREIOS...

INFORMATIVO BIMESTRAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Nº 10 - Junho/Julho/Agosto 2013



## TJES, Governo e PGE assinam termo de cooperação técnica



Com o objetivo de virtualizar os processos judiciais, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) assinou, no dia 27 de agosto, um termo de cooperação técnica com o Governo que dará início ao projeto e-JUD2 pelas varas de Execução Fiscal. Para isso, o TJES contou com a tecnologia já utilizada pela PGE, no âmbito de sua Procuradoria Fiscal (PFI), que, assim como todas as outras setoriais, já trabalha com suas ações virtualizadas. Na PGE, a virtualização dos processos teve início em 2008 e foi implementada na PFI em 2011.

[p. 5]

### GOVERNO FINALIZA LISTA DE CREDORES QUE OPTARAM POR ACORDO

Até o final do ano, 99% dos credores que não fizeram acordo serão pagos.

[p. 3]

### COBRANÇA EXTRAJUDICIAL AUMENTA ARRECADAÇÃO DE DÉBITOS COM O ESTADO

[p. 4]

### PGE CONSEGUE SENTENÇA CONTRA GRUPO PÃO GOSTOSO

Empresa foi condenada por formação de grupo econômico e sonegação.

[p. 8]

## Procuradores discutem regularização dos terrenos de Marinha da Comdusa

O procurador-chefe da Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente (PPI) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Roger Faiçal Ronconi, e a procuradora do Estado Luciana Marques de Abreu Júdice representaram a PGE em reunião realizada no dia 21 de agosto, na Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em Brasília, na instalação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) que vai discutir processos judiciais do Estado contra a União referentes à cobrança indevida de taxas de foro e ocupação dos terrenos de Marinha registrados em nome da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano S. A. (Comdusa).

Os trabalhos da CCAF serão todos realizados em Vitória. "O objetivo é descentralizar as atividades dessa Câmara Conciliadora, de forma a agilizar os trabalhos", explicou Luciana Júdice.

Luciana declarou ainda que essa Câmara tratará apenas da regularização dos terrenos de Marinha situados no bairro Ilha do Príncipe, em Vitória, cadastrados pela SPU em nome da entidade. "Quanto mais rápido conseguirmos resolver essas pendências, mais rápido conseguiremos também dar prosseguimento à liqui-

dação da Comdusa e, também, fazer cessar as cobranças indevidas que são feitas ao Estado por erro de cadastramento da SPU", concluiu a procuradora.

As ações judiciais estão correndo na Justiça Federal de Vitória e tratam, em sua grande maioria, de erros cadastrais referentes a áreas cadastradas várias vezes, além de Registros Patrimoniais duplicados, ora em nome da Comdusa, ora em nome do real ocupante.

Ao final da reunião, os representantes da PGE solicitaram que, mediante o início do processo de conciliação, a SPU-ES suspenda as cobranças relativas às áreas da Ilha do Príncipe, bem como os respectivos processos de execução fiscal. A SPU-ES comprometeu-se a consultar a direção nacional do órgão para ver a possibilidade de atender ao pedido.

Além dos procuradores do Estado, participaram da reunião representantes da Advocacia Geral da União (AGU), da Comdusa, da SPU (regional e federal), da Consultoria Jurídica da União no ES (CJU-ES), da Procuradoria da União no Espírito Santo (PU-ES) e o secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Aminthas Loureiro Junior.



Procuradora acredita que a conciliação será a melhor forma de resolver os problemas

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Governo do Espírito Santo

**Rodrigo Marques de Abreu Júdice**  
*procurador-geral do Estado*

**Luciana Merçon Vieira**  
*subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos*

**Lívio Oliveira Ramalho**  
*subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos*

**Alexandre Nogueira Alves**  
*corregedor-geral*

**Anderson Sant'Ana Pedra**  
*procurador-chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas*

**Roger Faiçal Ronconi**  
*procurador-chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário*

**Márcio Cândido Costa de Souza**  
*procurador-chefe da Procuradoria Trabalhista*

**Erfen José Ribeiro Santos**  
*procurador-chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal*

**Jasson Hibner Amaral**  
*procurador-chefe da Procuradoria de Execução e Precatório*

**Evandro Maciel Barbosa**  
*procurador-chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa*

**Eva Pires Dutra**  
*procuradora-chefe da Procuradoria do Contencioso Judicial*

**Daniel Mazzone**  
*procurador-chefe da Procuradoria dos Juizados Especiais da Fazenda Pública*

**José Alexandre Rezende Bellote**  
*procurador-chefe da Procuradoria Fiscal*

**Jorge Gabriel Rodnitzky**  
*procurador-chefe da Procuradoria Tributária*

**Gustavo César de Mello C. Holliday**  
*procurador-chefe da Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais*

Jornalista Responsável: **Renato H. S. Moreira**  
MTB 338/86

Projeto Gráfico: **Contemporânea**

Fotos: **Renato H. S. Moreira**

Editoração: **Bios**

Revisão: **Triade Comunicação**

Impressão: **GSA**

Tiragem: **1.500 exemplares**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE-ES)**

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590,  
Barro Vermelho,  
Vitória (ES), CEP 29057-550  
www.pge.es.gov.br  
comunicacao@pge.es.gov.br  
(27) 3636-5059

# Governo encerra lista de precatórios dos credores que optaram por acordo

A Procuradoria-Geral do Estado finalizou, no dia 23 de agosto, a lista dos precatórios cujos devedores aceitaram fazer acordo com o Estado e receber seus créditos nos valores negociados. A partir de agora, o Governo iniciará o pagamento daqueles que não aceitaram fazer acordo, obedecendo à ordem crescente dos valores devidos.

Para viabilizar a nova forma de pagamento dentro do regime especial previsto na legislação, o governador já enviou um projeto de lei à Assembleia Legislativa alterando a lei anterior, que permitirá a quitação de 99% dos débitos do Estado com precatórios. “Com os recursos que ainda temos e que vamos continuar a depositar até o final deste ano, teremos condições de pagar quase que a totalidade dos precatórios do Estado, exceto os da trimestralidade, que estão suspensos por decisão judicial”, explicou o procurador-chefe da Procuradoria de Execução e Precatório, Jasson Hibner Amaral.

Em 2013, foram realizadas três rodadas de audiências para negociação. No primeiro dia de audiências, das 16 reuniões realizadas para negociação e pagamento de precatórios, 12 terminaram em acordo, beneficiando 174 credores. Na ocasião, o Estado desembolsou R\$ 3,6 milhões. Já na segunda rodada de



Jasson afirmou que o ES está entre os Estados brasileiros que mais avançaram em pagamento de precatórios.

audiências, o Estado pagou cerca de R\$ 1,5 milhão, beneficiando mais 22 credores. Na última rodada de audiências, realizada no dia 23 de agosto, foram pagos mais R\$ 1,4 milhão. “Somos, atualmente, o Estado brasileiro que mais avançou no pagamento de precatórios”, destacou Jasson.

Desde dezembro de 2011 o governo vem realizando essas audiências. Até agora, mais de 1.300 credores foram beneficiados pelos acordos. O governo do Espírito San-

to destina, anualmente, 2% de sua receita corrente líquida para o pagamento de precatórios, o que, em 2011, equivaleu a R\$ 175 milhões; em 2012, chegou à casa dos R\$ 192 milhões e para 2013 estão previstos cerca de R\$ 216 milhões.

Somente nos três primeiros anos de vigência do regime especial de pagamento de precatórios (2010, 2011 e 2012), o Espírito Santo avançou 17 anos na lista cronológica dos títulos expedidos pelo TJES e pelo TRT-ES.

## Dados de pagamento dos precatórios (por acordo) nos anos de 2011, 2012 e 2013.

ANO	CREDORES BENEFICIADOS	VALORES PAGOS
2011	590	R\$ 25,9 milhões
2012	653	R\$ 13,7 milhões
2013	373	R\$ 6,5 milhões

# Cobrança extrajudicial aumenta arrecadação de débitos com o Estado

De dezembro do ano passado até julho deste ano, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) protestou R\$ 43,8 milhões inscritos em Certidões de Dívida Ativa (CDAs), referentes a débitos fiscais de empresas e contribuintes com o Estado. Os números são frutos da Lei 9.876, publicada em julho de 2012, que autoriza a PGE a efetuar o protesto em cartório dos títulos de dívida ativa do Estado, de suas autarquias e fundações, bem como permite a inscrição dos devedores em órgãos de proteção ao crédito.

Entre os débitos protestados pela PGE estão o não pagamento de IPVA; multas de órgãos como Iema, Procon, DER, Detran, Ipem, Cesan e Idaf, além de dívidas referentes a autos de infração sobre ICMS. "A cobrança extrajudicial tem tido um efeito tão positivo que vem motivando os devedores a procurar a PGE para parcelar ou quitar seus débitos antes mesmo que o protesto seja efetivado", comemorou o procurador-chefe da Procuradoria Fiscal (PFI) da PGE, José Alexandre Rezende Bellote.

Segundo dados apresentados por Bellote referentes às Certidões de Dívida Ativa (CDAs) inscritas no mês de julho, apenas 44,51% foram para protesto. As demais CDAs daquele mês foram negociadas na forma de parcelamento, por solicitação dos devedores, para quitação do débito. "Em muitos casos (37,04%) isso aconteceu antes mesmo da CDA ser ajuizada ou protestada em cartório. E, em casos mais surpreendentes, devedores que já estavam sendo cobrados na justiça nos procuraram solicitando o parcelamento e, conseqüentemente, a suspensão da ação judicial", explicou o procurador.

Bellote destacou ainda que, somente no primeiro semestre deste ano, a busca dos devedores pelo parcelamento de suas dívidas com o Estado foi maior que em todo o ano de 2012. "De janeiro a julho deste ano, houve uma procura para o parcelamento de dívidas que, se somadas, chegam a R\$ 45 milhões, enquanto no ano passado inteiro esse valor ficou em R\$ 31,7 milhões. Estou convicto de que isso só está acontecendo porque os devedores já entenderam que, com a cobrança extrajudicial, dever ao Estado não é mais um bom negócio".

## Recuperação

Dos R\$ 43,8 milhões protestados extrajudicialmente até julho deste ano, cerca de 10% foram recuperados. Essa mesma taxa, para os casos de cobranças judi-

ciais, não ultrapassa o índice de 2%. "Isso comprova como a morosidade está sendo substituída pela efetividade na cobrança dos débitos. Por isso mesmo, nossa expectativa é de que os processos que estão na justiça consigam ser julgados em menos tempo, já que, atualmente, a grande maioria das cobranças de CDAs é feita via protesto em cartório", explicou Bellote. O procurador disse ainda que, hoje, a cada 400 CDAs aptas para cobrança, somente oito vão para cobrança judicial.

Os títulos enviados a protesto obedecem a uma ordem cronológica, dos mais novos para os mais antigos. Nos próximos meses, a previsão da PFI é de que sejam enviados aos cartórios mais R\$ 34,1 milhões referentes às CDAs dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.



Bellote: "morosidade está sendo substituída pela efetividade da cobrança"

# TJES busca parceria do Governo para virtualizar processos judiciais

O Governo do Espírito Santo, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), assinou, no dia 27 de agosto, um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) para viabilizar a implantação do projeto de tramitação eletrônica de processos, o e-JUD2. A solenidade foi realizada no Palácio Anchieta e teve a participação do presidente do TJES, Pedro Valls Feu Rosa; do governador Renato Casagrande; do procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice; e do presidente da Assembleia Legislativa (Ales), Theodorico Ferraço, entre outras autoridades presentes.

A parceria com o Estado terá início pelas varas de execução fiscal, tendo em vista que a Procuradoria Fiscal (PFI) da PGE já virtualiza seus processos de execução fiscal desde 2011. "O trabalho que já vínhamos fazendo, no sentido de modernizar e dar mais celeridade às ações de execução fiscal, proporcionou condições favoráveis ao TJES para iniciar seu projeto de acabar com os processos de papel. Estamos muito orgulhosos de poder dar essa contribuição ao judiciário capixaba", explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice.

Júdice disse ainda que, desde 2008, a PGE vem informatizando todos os processos, bem como o fluxo de trabalho dos procuradores, permitindo que petições, distribuições e controle de processos, confecção de pareceres, consultas a processos judiciais e administrativos, entre outros, sejam feitos por meio digital, uti-



Projeto terá início pelas varas de Execução Fiscal, aproveitando tecnologia da PGE

lizando um software gerenciador denominado PGE.NET. "O mesmo sistema que é usado pela PGE também é usado em outras nove Procuradorias-Gerais de Estado e em mais quatro Procuradorias-Gerais de Municípios, o que mostra a qualidade do que implementamos aqui no Espírito Santo", concluiu o procurador-geral.

Segundo dados apresentados pelo procurador-chefe da Procuradoria Fiscal da PGE, José Alexandre Bellote, apenas nos dois primeiros anos de implantação da execução fiscal eletrônica a PGE deixou de consumir R\$ 1,6 milhão em folhas de papel A4. "O sistema virtualizado, além de economizar recursos financeiros do Estado, reduz o tempo de ajuiza-

mento em 97% se comparado ao tempo convencionalmente gasto com os processos em papel. Todo esse trabalho, já consolidado por nós, fez com que a PGE tivesse um papel fundamental agora, no lançamento do e-JUD2", afirmou Bellote.

O Processo Judiciário Eletrônico (e-JUD2) do TJES prevê a informatização dos processos judiciais, com benefícios diretos para 303 varas das 69 comarcas do Estado, que estarão totalmente virtualizadas até o dia 29 de outubro deste ano. Serão integrados ao processo judicial eletrônico a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), a Polícia Civil, a Polícia Militar, a OAB-ES, a Polícia Federal e o Ministério Público Estadual.

# Petrobras se reúne com PGE e Sefaz

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, juntamente com outros membros da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e representantes da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), participou, no dia 22 de agosto, de uma reunião com o setor jurídico da Petrobras, na sede da empresa. O objetivo da reunião foi o de propor uma aproximação entre as partes a fim de iniciarem um processo de discussão conjunta sobre as atividades da Petrobras, a fiscalização do Estado e as ações de execução fiscal contra a petrolífera.

Na ocasião, os representantes da Petrobras apresentaram um histó-

rico de todas as atividades que desenvolvem no Espírito Santo, bem como o planejamento da empresa e os investimentos para o futuro, entre eles a ampliação da área de atendimento e distribuição de gás canalizado.

Por fim, os representantes do setor jurídico fizeram uma explanação sobre os autos de infração aplicados pelo Estado contra a empresa e sobre os inconvenientes que os depósitos judiciais em dinheiro trazem para os investimentos da Petrobras no próprio Espírito Santo. Como alternativa, foram apresentadas outras formas de garantias, tais como óleo bruto (petróleo) e seguro-garantia.

Encerrando a reunião, os advogados da empresa propuseram a constituição de um grupo de trabalho composto pela Petrobras, PGE e Sefaz para elaboração de um ato normativo sobre formas alternativas de garantias judiciais. Os representantes do Estado ficaram de estudar a proposta.

Além do procurador-geral, estiveram presentes à reunião o subprocurador-geral Lívio Oliveira Ramalho, a subprocuradora-geral para assuntos administrativos Luciana Vieira, os procuradores Gustavo Holliday, Santuzza da Costa Pereira, Jorge Gabriel Rodnitzky, a gerente de fiscalização da Sefaz Monica Saldanha e o auditor fiscal Luiz Claudio Nogueira.



# Conselho da PGE aprova relatório de correição ordinária

O Conselho da Procuradoria-Geral do Estado (CPGE) aprovou, na íntegra, o relatório da correição ordinária realizada pela Corregedoria-Geral da PGE, apresentado durante reunião ocorrida no dia 5 de agosto, na sala do CPGE.

Os trabalhos da correição ordinária tiveram início no dia 18 de fevereiro e foram concluídos em 29 de maio, sob a coordenação do corregedor-geral Alexandre Nogueira Alves, auxiliado pelos procuradores Guilherme Rousseff Canaan e Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga.

“A correição teve por objetivo fiscalizar e orientar os serviços dos órgãos inspecionados, com ênfase na averiguação das instalações físicas, da estrutura de pessoal, do funcionamento administrativo das setoriais e da atuação dos seus respectivos procuradores”, explicou o corregedor. Alexandre disse ainda que a intenção é melhorar ainda mais a qualidade dos serviços prestados pela PGE ao Estado. Com a aprovação do relatório de correição

pelo CPGE, os chefes de setoriais serão comunicados para que adotem as alterações necessárias ao cumprimento das propostas elaboradas pela Corregedoria.

Entre as sugestões formuladas estão a aquisição de novos equipamentos, contratação de pessoal, alteração de algumas rotinas administrativas, melhor utilização do PGE.Net (sistema de informatização de processos da PGE), bem como sua implantação em Brasília, na Procuradoria do Estado na Capital Federal (PCF). “A aceitação do relatório foi bastante positiva, principalmente no diz respeito às mudanças de rotinas administrativas”, afirmou Alexandre.

O processo de correição inspecionou todas as setoriais da PGE, a saber: Procuradoria Fiscal (PFI); Procuradoria do Contencioso Judicial



Aquisição de equipamentos e contratação de pessoal estão entre as sugestões do corregedor-geral.

(PCJ); Procuradoria dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (PJE); Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA); Procuradoria de Petróleo, Mineração e outros Recursos Naturais (PPETRO); Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI); Procuradoria Tributária (PT); Procuradoria Trabalhista (PTR); Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente (PPI); Procuradoria de Execução e Precatório (PEP) e Procuradoria do Estado na Capital Federal (PCF).

## PGE cria Comissão de Informatização

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) criou, no dia 17 de maio, uma Comissão de Informatização que atuará internamente sob a coordenação da Corregedoria-Geral.

O objetivo da Comissão, segundo o corregedor-geral Alexandre Nogueira Alves, é o de aperfeiçoar e criar diretrizes para a utilização do sistema PGE.NET pelos procuradores do Estado. O software, que já vem sendo utilizado desde 2008, informatizou os antigos processos em papel e, com isso, otimizou o trabalho dos procuradores.

Além do corregedor-geral, fazem parte da Comissão os procuradores José Alexandre Rezende Bellote, Antônio Júlio Castiglione Neto, Carolina Bonadiman Esteves e Igor Gimenes Alvarenga Domingues. “Queremos sistematizar normas de utilização obrigatórias do sistema, bem como proporcionar cursos de reciclagem aos procuradores e servidores da PGE que usam o software em seu dia a dia”, explicou o corregedor-geral.

A primeira reunião da Comissão de Informatização ocorreu no dia 5 junho. Dela, participaram todos os

membros titulares, bem como os convidados Ariel Leite Siqueira (gerente de informática), Fernando Márcio Martins de Brito (representante da empresa que fornece o PGE.NET) e os procuradores do Estado Carla Dorsch e Cezar Pontes Clark.

Outras seis reuniões já foram realizadas, tendo sido definidas diversas atividades para melhorar o fluxo de trabalho na PGE, tais como treinamentos e reciclagem para os projetos-piloto procuradores e implantação de projetos-piloto em setoriais, dentre outros.

# PGE consegue sentença contra grupo Pão Gostoso

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) obteve, no dia 21 de agosto, sentença favorável ao Estado referente a uma ação cautelar fiscal contra a empresa Pão Gostoso Indústria e Comércio S.A. e outras 14 empresas por formação de grupo econômico. A sentença foi proferida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Fiscais, José Luiz da Costa Altafim, que determinou um arresto de mais de R\$ 14 milhões para os cofres do Estado.

Em investigações realizadas pela PGE, ficou constatado que a Pão Gostoso foi dissolvida irregularmente, deixando débitos de ICMS sem pagamento. Para continuar operando seus negócios, os proprietários passaram a abrir novas empresas que, segundo constatado pelos trabalhos de investigação, vinham fraudando os fiscos estadual e federal.

Todo o processo investigativo foi realizado pelo Núcleo de Inteligência, de Grandes Devedores e de Busca de Bens (Nigrade) da Procuradoria Fiscal (PFI) da PGE. “Descobrimos que havia um esquema de gestão fraudulenta, liderado pelo proprietário da Pão Gostoso, seus irmãos, filhos e outros parentes próximos para constituir empresas, receber incentivos fiscais, deixar de pagar os tributos e obrigações trabalhistas, abandonando, logo após, as empresas inadimplentes e criando patrimônio paralelo”, explicou o procurador-chefe da PFI, José Alexandre Rezende Bellote.

Segundo o procurador responsável pelo processo, Luiz Carlos de Oliveira, a sentença é uma vitória para o Estado e para todos os procuradores e servidores da Procuradoria Fiscal. “Todas as contestações apresentadas pelas empresas e seus representantes não foram aceitas pelo juiz. Isso mostra que nossas

argumentações, baseadas nas informações obtidas pela equipe da Procuradoria Fiscal, são concretas e

convincentes”, comemorou Oliveira. Os réus ainda podem recorrer da sentença.

## Conheça a lista das empresas do grupo:

- Pão Gostoso Indústria e Comércio S.A.
- Bimbo do Brasil Ltda.
- Farinas Indústria e Comércio de Massas Ltda.
- Massa Alimentícias Firenze S.A.
- Agropecuária Viva Maria S.A.
- Comercial Golden Fish Ltda. ME
- San Francisco de São Gonçalo Com. e Indust. de Panificados Ltda.
- De Paula Panificadora Ltda.
- MRTG Industrial e Comercial Ltda.
- Paiaguas Industrial e Comercial de Alimentos Ltda.
- LSA Indústria Luellma S.A.
- Chumel Ind. e Com. de Produtos Alimentícios Ltda.
- Centro Norte Agropecuária Ltda.
- Organização Comercial Forenza Ltda.
- Palermo Comércio de Alimentos Ltda.



Luiz Carlos de Oliveira foi o procurador responsável pelo processo